



Os gêneros discursivos na carta do Descobrimento ¹

Fábio Gonçalves Ferreira ²

Mestrando em Comunicação na UMESP – Universidade Metodista de São Paulo – São Bernardo do Campo – SP. É bolsista da CAPES.

Resumo

O presente artigo tem o propósito de refletir a confluência de gêneros discursivos na carta inaugural do descobrimento do Brasil, redigida pelo escrivão Pero Vaz de Caminha e dirigida ao rei de Portugal, Dom Manuel, em 1º de maio de 1.500, dando ciência da descoberta do país e das riquezas achadas e da importância disso para o fortalecimento da coroa portuguesa. Para discutir essa temática partiremos das noções de gênero em Bakhtin (1997) e Maingueneau (2001) e de concepções de linguagem em Koch (1995), descortinando o ambiente no qual o escrivão viu o Brasil depois de chegar a bordo da caravela sob o comando do capitão-mor Pedro Álvares Cabral. Percebe-se no documento um hibridismo entre os gêneros discursivos cuja mesclagem se apresenta de forma explícita, ora como uma carta pessoal, na qual o enunciador revela detalhes da intimidade dos nativos e pede favores, ora como relatório administrativo, no qual apresenta as possibilidades de riquezas da nova terra e, finalmente, como discurso publicitário ao vender a imagem de uma terra rica e sedutora.

Palavras-chave: Comunicação; Discurso; Gêneros; Linguagem; Enunciação

Introdução

Pero Vaz de Caminha é escrivão oficial da frota comandada pelo capitão-mor Pedro Álvares Cabral e tem a função de produzir uma carta com relatos da descoberta do Brasil que foi endereçada ao rei de Portugal, Dom Manuel, que era patrão de ambos e patrocinador da expedição marítima.

¹ Trabalho apresentado ao DT 1 (Divisão Temática) Gêneros Jornalísticos do INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) Recife - PE. De 2 a 6 de setembro de 2011.

² Mestrando em Comunicação Social na UMESP – Universidade Metodista de São Paulo (São Bernardo do Campo – SP). É especialista em Comunicação Corporativa pela UFPI (Universidade Federal do Piauí), em Teresina (PI). É bolsista da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: fabioferreira73@hotmail.com



O discurso na carta de onze páginas enuncia o que o escrivão viu durante o período em que a embarcação ficou atracada nas proximidades de praia brasileira, primeiramente dando ênfase à descoberta e ao contato com os nativos, dando em parte um caráter de cunho pessoal – com suas impressões e comparações - em trechos do texto dirigido ao rei.

O enunciado colocou os índios como receptivos e o capitão Pedro Álvares Cabral como aquele que deu ordens para embarcar parte deles para o navio avaliando o comportamento longe do alcance da terra. No enunciado o autor viu a troca de objetos mais sofisticados vindos de Portugal por peças rústicas trazidas a bordo pelos índios, com enunciado de relato administrativo. Noutro momento, o escrivão Pero Vaz de Caminha conta que se utilizou uma missa campal, com padres vindos na embarcação como tentativa de estabelecer “diálogo” por meio da religião, com a repetência de ritos depois pelos próprios índios, já que não havia meios de se comunicar pela mesma língua, o que enunciou essa técnica como sucesso na correspondência oficial.

Pero Vaz de Caminha observa no enunciado os costumes dos índios e sua inocência e aponta potencialidades de natureza mineral, animal e vegetal na terra recém-descoberta, chamada nesse primeiro momento de “Terra de Vera Cruz” como a batizou o comandante do navio, Pedro Álvares Cabral, numa tentativa de convencer o rei com discurso publicitário.

Tem-se como problema de pesquisa como ocorrem os gêneros discursivos e de concepção de linguagem na carta inaugural de Pero Vaz de Caminha com destaque para o caráter administrativo, a correspondência interpessoal e comunicativa e no final, admite-se um tratamento para coisa de interesse estritamente pessoal com o pedido de um favor do escrivão ao rei, destinatário do documento.

Além disso, parte da carta tem a função de texto publicitário ao enaltecer as qualidades e potencialidades das riquezas da nova terra, para servir de incentivo a coroa portuguesa na extração de divisas no país recém-descoberto, chamado pelo capitão, primeiramente e intempestivamente, de “Terra de Vera Cruz”, depois rebatizado de “Brasil”, nome que viria se aplicar, definitivamente, mais tarde.

Metodologicamente o trabalho envereda com a utilização de pesquisa histórica e bibliográfica, referenciando alguns autores como Maingueneau (2001), Bakhtin (1997) e Koch (1995), que trabalham com linguagem e construção do sentido. Tais autores são responsáveis por subsidiarem a leitura da carta, objeto deste estudo.



O trabalho é dividido em As concepções de linguagem e gêneros discursivos (fundamentação teórica onde se debate o hibridismo entre os gêneros discursivos e as concepções de linguagem), O Descobrimento do Brasil e a função do escrivão; uma leitura da carta (Desvendando os segredos da carta), as considerações finais e as referências.

1. As concepções de linguagem e de gêneros discursivos

A linguagem humana é concebida de maneira bastante diversa e que pode ser sintetizadas em representação, instrumento e forma (KOCH, 1995, p.9). Para o autor, a língua serve como um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens. “A principal função da linguagem é a transmissão de informações” (KOCH, 1995, p.9).

A linguagem enquanto atividade para as relações entre língua e seus usuários vai ganhando terreno para o que se convencionou classificar de “lingüística do discurso”. (KOCH, 1995, p.11): “Isto é, uma lingüística que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção”.

Para o autor:

Estas manifestações podem, sem dúvida, consistir de uma só palavra, de uma sequência de duas ou mais palavras ou de uma frase mais ou menos longa; mas, na maioria dos casos, trata-se de sequência lingüística maiores que a frase. Isto significa que se torna necessário ultrapassar o nível da descrição frasal para tornar como objeto de estudo combinações de frases, sequencias textuais ou textos inteiros (KOCH, 1995, p.11-12).

O autor cita o linguista holandês Van Dijk que chama a atenção para o fato de que em um texto, apesar de se realizarem diversos tipos de atos, há sempre um objetivo principal a ser atingido para o qual concorrem todos os demais. “Propõe, então, a noção de *macroato*, isto é o ato global que se pretende realizar” (Dijk *apud* KOCH, 1995, p.23).

Numa carta, por exemplo, podem realizar-se atos de saudação, pergunta, asserção, solicitude, convite, despedida, entre outros, mas haverá sempre um objetivo maior ao qual os demais atos se subordinam (Dijk *apud* KOCH, 1995, p. 23).



Para o autor, assim sendo, toda atividade linguística seria composta por um enunciado produzido com dada intenção (propósito), sob certas condições necessárias para o atingimento do objetivo visado e as conseqüências decorrentes da realização do objetivo.

Nesse sentido, Koch defende que é preciso levar em conta as condições de produção do enunciado tais como tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução, que são constitutivas do sentido do enunciado, visão compartilhada de Maingueneau.

Por isso desde os primórdios, seja nas pinturas rupestres, nos relatos das grandes navegações ou simplesmente nas conversas do cotidiano, a linguagem é fator indispensável para a transmissão de informação. Cada uma dessas situações comunicativas elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997, p. 262).

Os gêneros se apresentam como formas típicas de enunciados que, de certa forma, regulam a atividade do falante na produção de seu enunciado único e individual. Os gêneros do discurso existem em formas infinitas, assim como também são infinitas as possibilidades da atividade humana. Aos gêneros do discurso está associado o estilo. Todo estilo é individual e reflete a individualidade do falante, mas a escolha do estilo também é orientada pelo gênero do enunciado.

Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicista, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (BAKHTIN, 1997, p.266).

A escolha de um determinado gênero de discurso revela a vontade discursiva do falante. Essa escolha acontece, em termos práticos, de forma sensível e habilidosa, mesmo que em termos teóricos, desconheçamos completamente a existência dos gêneros dos discursos. Nas diversas esferas da comunicação, nosso discurso é moldado por determinadas formas de gênero, às vezes mais padronizadas e às vezes mais flexíveis.

Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), que incluem indiferentemente: a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus

protagonistas), o relato familiar, a carta (com usas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso) (BAKHTIN, 1997, p.279-280).

Para Bakhtin, não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado. Diferem-se em: gênero do discurso primário (simples) e o gênero do discurso secundário (complexo). Aqui, para efeito, a carta de Pero Vaz de Caminha se enquadra no segundo gênero “ao aparecer em circunstância de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica” (BAKHTIN, 1997, p. 281).

O texto em análise se enquadra no discurso dialógico. Bakhtin (1997) diz que existem duas espécies de dialogismo, ambas constitutivas do discurso, embora configuradas em processos distintos: a primeira se estabelece entre os sujeitos, a segunda se estabelece entre discursos ou textos. Essa primeira noção é importante para compreender o que o discurso é ou onde ele acontece. O discurso não acontece “no” texto, compreendendo aqui o texto como um objeto material escrito, oral ou pura imagem. Ele acontece entre os sujeitos da interlocução. É no espaço entre estes sujeitos que o discurso efetivamente se constitui.

Próximo das ideias de Bakhtin está Maingueneau. Este autor caracteriza os gêneros de discurso como “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2001, p.61). Tomemos o gênero carta. Sua existência pressupõe uma série de fatores que não se encontram na materialidade propriamente dita do texto como, por exemplo, as condições sócio-históricas, os lugares sociais de enunciação, etc.

O fato de dominarmos o funcionamento dos gêneros de discurso nos permite identificar, desde o início de uma interação (verbal ou escrita), o gênero ao qual determinado texto pertence. Desse modo, sabemos, de antemão, a maneira como devemos nos comportar diante desse texto e que comportamento devemos esperar de nosso interlocutor.

Observando que o escrito não é uma mera representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. MAINGUENEAU (2002, p.79) define: “Oral, escrito e impresso são regimes de enunciação distintos, que supõem civilizações muito diferentes”. Um texto escrito possui propriedades evidentes:

Ele pode circular longe de sua origem, encontrar públicos imprevisíveis sem precisar ser modificado a cada vez. Como quem escreve não pode controlar a recepção de seu enunciado, é obrigado a estruturá-lo de maneira a torná-lo compreensível, ou seja, é obrigado a fazer de seu enunciado um texto, no sentido mais pleno do termo (MAINGUENEAU, 2002, p.79).

2. O descobrimento do Brasil e a função do escrivão

A carta de Pero Vaz de Caminha é o primeiro documento público que se tem notícia em Portugal e no Brasil relatando as descobertas encontradas acidentalmente pela caravana conduzida por Pedro Álvares Cabral ao navegar em rotas marítimas transoceânicas e chegar ao Brasil.

O escrivão oficial Pero Vaz de Caminha enuncia que nas vésperas das oitavas de Páscoa, em 21 de abril de 1500, depois de ter se afastado 12 naus do caminho que deveria percorrer em direção a Índia, Pedro Álvares Cabral, comandante do navio se desvinculou despropositadamente do restante da frota naval na altura da Costa de Guiné, na África, e achou esta nova terra a qual denominou de “Terra da Vera Cruz”, num gênero de discurso de natureza administrativa (prestava contas indiretas da saída de rumo do navio conduzido por Pedro Álvares Cabral).

Pero Vaz enuncia, ainda, no âmbito administrativo que o navio se encontrava próximo a ilha de São Nicolau, segundo lhe informou o piloto Pero Escolar, quando na noite seguinte à segunda feira amanheceu, se perdendo da frota de Vasco de Ataíde com sua nau, “sem haver tempo forte ou contrário para poder ser!” (A Carta) e que o comandante do navio do qual fazia parte, Pedro Álvares Cabral, “fez suas diligências para o achar, em umas e outras partes. Mas não apareceu mais!” (A Carta).

Caminha fez então uma carta de onze páginas, relatando ao rei, Dom Manuel, que como consequência do desvio de rota marítima surgiu à frente à nova descoberta territorial, suas potencialidades, o povo nativo (índios) e sem malícia e o que poderia ser explorado em termos econômicos pela coroa portuguesa em benefício do sistema de poder adotado em Portugal, usando um tom de discurso publicitário, mesclando com relatório administrativo.



Na carta oficial fica-se sabendo os contatos com os nativos, a vida da tripulação e passageiros durante o período da ancoragem, o cotidiano dos nativos e dos navegantes, a proximidade com uma nova terra e a descoberta de recursos diversos e na parte final fecha com um pedido de cunho pessoal pela transferência da Ilha de São Tomé, de Jorge de Osório, genro do escrivão, para que este venha a seu encontro, num caráter estritamente pessoal ao documento oficial.

2.1. O anúncio da descoberta

Pero Vaz anuncia em carta – ferramenta de comunicação - as belezas sedutoras da terra recém-descoberta enaltecendo as potencialidades então existentes a partir das informações dos índios, as quais seriam ouro e prata, as maiores na avaliação enunciativa do escrivão, numa prestação de contas de caráter administrativo e publicitário. Na relação de dias de convivência que se estabeleceu enquanto a nau capitania esteve ancorada nas proximidades das praias brasileiras e acessíveis aos nativos, Pero Vaz nota que cada vez mais os índios estão mais amistosos com os navegantes portugueses, numa contribuição a carta com teor administrativo.

Pero Vaz relata o primeiro encontro entre o capitão Nicolau Neto, integrante da frota de Pedro Álvares Cabral, e os nativos em solo brasileiro:

E tanto que ele começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à boca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte. Pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram. Mas não pôde deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa (A Carta).

O escrivão fica sabendo que a comunicação com os nativos está prejudicada porque “a língua como um código através do qual um emissor comunica a um receptor determinadas mensagens”, KOCH (1995, p.9) não se estabelece, de início. “A linguagem enquanto atividade, para as relações entre a língua e seus usuários” (KOCH, 1995, p.11) fica na dependência de “acenos”, “troca de presentes” e “infiltração” dos portugueses no meio dos nativos como moeda de “comunicação estabelecida” (A Carta).

Os índios falavam tupi-guarani (BELTRÃO, 1971, p. 25) e “tinham seus modos de comunicação primitivos” (BELTRÃO, 1971, p. 25) e os navegantes dominavam o português, sua língua pátria. Couto de Magalhães (1935, p.39-40) explica que “entre povos primitivos (os índios), que não tinham a arte de escrever, e para os quais as línguas estrangeiras eram tão ininteligíveis como os cantos dos pássaros ou os gritos dos animais, muito natural era que eles só considerassem como língua de sua gente a sua própria”.

2.2. A carta

Como documento, a carta tem uma importância histórica e ímpar. Nele há uma mesclagem de características (ora individual, ora administrativa, porque Pero está como mandatário do reino para relatar o que viu e sua função publicitária, com a descoberta, é vender as potencialidades do novo reino).

Pero Vaz se utiliza da noção de *macroato* defendido pelo linguista holandês Van Dijk, citado por Koch (1995, p. 23), ao defender as potencialidades da nova terra descoberta quando na correspondência oficial cita diversos tipos de atos (administrativos, publicitários, pessoais, etc.), sempre com o objetivo principal a ser atingido, que é enunciar as qualidades e vantagens do Brasil, e os benefícios para a Coroa Portuguesa decorrente deste achado. “Há sempre um objetivo principal a ser atingido (com o *macroato*), para o qual concorrem todos os demais atos e se subordinam” (KOCH, 1995, p. 23).

Assim Pero Vaz usa “atividades lingüístico-cognitiva” para garantir a compreensão do enunciado da descoberta da nova terra cheia de riquezas “utilizando para tanto os atos de repetir, completar, corrigir, resumir, exemplificar, enfatizar, etc. como para estimular, facilitar ou causar” (KOCH, 1995, p. 23) a aceitação do rei Dom Manuel, este destinatário do documento oficial, em Portugal.

Na carta, Pero Vaz relata para o rei Dom Manuel, numa perspectiva administrativa, como o navio de Pedro Álvares Cabral, acidentalmente, se desviou da rota traçada e descobriu o novo território, a importância do novo reino ao apontar a existência de água doce e em abundância em ribeiros e de camarões grossos e curtos; ouro, “muito bons palmitos” que servem de alimentos e, animais, entre eles, papagaios e outras aves. Nessa prestação de contas administrativa, o escrivão mescla vários gêneros do discurso à medida que constrói o texto.

No relato administrativo do escrivão, esperava-se que o Capitão Pedro Álvares Cabral enviasse ao rei Dom Manuel componentes recebidos dos índios como arcos, flechas e artefatos produzidos pelos nativos e dados de presentes aos portugueses durante os dias em que a nau permaneceu atracada nos arredores da aldeia indígena, colhendo notícias e infiltrando marinheiros para melhor captarem o modo de vida dos selvagens.

A confluência de gêneros na carta de Caminha mescla sua observação acerca das índias com conotação pessoal: “E uma daquelas moças era toda tingida de baixo acima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela” (CAMINHA, 1500) e conta detalhes da fisionomia dos índios, “com bons rostos e bons narizes, bem feitos” trazendo consigo “o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma massa travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador” e que andavam portando “arco e setas” e serem inocentes (A Carta).

Noutro trecho, a correspondência inaugural toma relatos institucionais ao relacionar as atividades entre os poderes constituídos do Estado- a Igreja e a Coroa – na condução e participação da celebração de missa e sermão campal proferida pelo “Padre Frei Henrique”, em razão do Domingo de Páscoa. O religioso estava presente no navio e celebrou a missa entre padres e sacerdotes “em altar muito bem arranjado”, atentou Pero Vaz no texto de cunho institucional.

E mandou a todos os capitães que se arranjassem no batéis fossem com ele (Capitão Pedro Álvares Cabral). E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilhéu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção (CAMINHA, 1500).

O escrivão relata no aspecto administrativo ao rei, Dom Manuel, que, nos informes dos infiltrados, descobriu-se que os índios residiam em nove ou dez casas grandes, cobertas de madeira e palha, com duas portas em sentidos opostos; e que estes dormiam em redes, em número de quarenta por unidade, segundo as estimativas chegadas aos ouvidos de Pero Vaz de Caminha e reproduzidas no documento oficial.

3. Desvendando os segredos da carta

Escrivão oficial da frota comandada pelo capitão-mor Pedro Álvares Cabral, Pero Vaz de Caminha cumpre a função de produzir uma correspondência oficial com relatos da descoberta do Brasil que foi endereçada ao rei de Portugal, Dom Manuel, que por desvio de percurso no trajeto original chegou ao novo território, o Brasil. Na correspondência oficial, ora o texto tem caráter de relatório administrativo, ora apresenta-se como correspondência interpessoal e comunicativa e no final, admite-se um tratamento para coisa de interesse estritamente pessoal com o pedido de um favor ao rei, destinatário do documento. Além disso, tem a função de texto publicitário ao enaltecer as qualidades e potencialidades das riquezas da nova terra, para servir de incentivo ao rei a extração de divisas no país recém-descoberto, chamado pelo capitão, primeiramente e intempestivamente, de “Terra de Vera Cruz”, depois rebatizado de “Brasil”, nome que viria se aplicar, definitivamente, mais tarde.

Seja qual for à função social do respectivo texto, o mesmo pode ser considerado como pertencente ao gênero secundário, como estabelece Bakhtin (1997, p. 281). Ou seja, está inserido numa situação de comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKTIN, 1997, p. 279).

A carta de Pero Vaz ao rei dom Manuel é reveladora se observarmos que o enunciador define o estado em que os nativos foram encontrados: “nus”, “sem cobertura alguma” e de “grande inocência” num relato de cunho administrativo.

Pero Vaz faz, ainda, uso do enunciado-discurso de Bakhtin (BARROS, 2001, p.33) - que coloca dois aspectos relacionados: o que vem da língua e o que vem do contexto – para explicar ao rei Dom Manuel às condições em que a terra fora descoberta e seus vestígios de ouro e prata.



O escrivão Pero Vaz enunciou publicitariamente o encontro dos índios com os navegantes em barco português e a possível existência de riqueza mineral:

Acenderam-se tochas. E eles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de falar o Capitão; nem a alguém. Todavia um deles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acenos com a mão em direção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata! (A Carta).

Outra parte do enunciado relaciona os índios com a inocência. Isso fica evidente quando Pero Vaz relaciona o contato dos índios com coisas fora de seu cotidiano, como animais “domésticos”, alimentos e quinquilharias apresentados pelos portugueses e a reação indígena às “novidades”, ora indicando possuir ouro ou prata em terra próxima, com sinais, ora relacionando o papagaio visto no navio aos muitos das matas nativas brasileiras.

Como correspondência oficial, o relato de Pero Vaz de Caminha ao rei, Dom Manuel, é um híbrido entre carta e um documento oficial ao produzir num primeiro momento impressões pessoais da terra descoberta, com visões individualistas sobre a beleza física das índias e o seu comportamento ingênuo, aplicado também aos índios nos quais teve contato na embarcação ou em terra firme, ao classificá-los de “ingênuos”.

Nesse dia, enquanto ali (os índios) andavam, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som de um tamboril nosso, como se fossem mais amigos nossos do que nós seus. Se lhes a gente acenava, se queriam vir às naus, aprontavam-se logo para isso, de modo tal, que se os convidáramos a todos, todos vieram. Porém não levamos esta noite às naus senão quatro ou cinco; a saber, o Capitão-mor, dois; e Simão de Miranda, um que já trazia por pagem; e Aires Gomes a outro, pagem também. Os que o Capitão trazia, era um deles um dos seus hóspedes que lhe haviam trazido a primeira vez quando aqui chegamos – o qual veio hoje aqui vestido na sua camisa, e com ele um seu irmão; e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar (CAMINHA, 1500).

A carta amistosa traduz ao rei a visão de mundo de Pero Vaz de Caminha a partir do seu pensamento do que via no lugar de ação, o Brasil, conforme define KOCH:

O homem representa para si o mundo através da linguagem e, assim sendo, a função da língua é representar (= refletir) seu pensamento e seu conhecimento do mundo”, cuidando de transmitir informações e encarar a linguagem como atividade, como forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita os

membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes (KOCH, 1995, p.09).

KOCH mostra que Pero Vaz se serve da “linguística do discurso” quando relata ao rei português o que viu em território brasileiro, sob as condições que se encontrava, recém-aportado a Terra de Vera Cruz, “como o capitão pôs o nome” (A Carta). Para KOCH (1995, p. 11), “a linguística do discurso se ocupa das manifestações linguísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção”.

Pero Vaz fala do achado histórico ao relatar que aconteceu em circunstâncias imprevistas quando a nau de Pedro Álvares Cabral “se perdeu da frota Vasco de Ataíde” (A Carta) e aportou, depois de dias de navegação em alto mar, em território até então desconhecido das cartas náuticas. Com isso, o escrivão interagia através da linguagem adotada na correspondência, com argumentos em que tentava “vender” a descoberta e promover reações (verbais ou não verbais) no destinatário, Dom Manuel.

KOCH (1995, p.29) relata que “em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa”, papel que coube a Pero Vaz ao relatar ao rei que não houve animosidade dos que já estavam em terra, e sim a troca de presentes entre os “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas” e Nicolau Coelho (fiel escudeiro de Pedro Álvares) que havia descido em encontro deles, para estabelecer os primeiros contatos.

Os enunciados são diferidos, ou seja, concebidos em função de um destinatário que se encontra em outro ambiente (MAINGUENEAU, 2002, p.75), no caso em questão, em Portugal. Para Maingueneau (2001), os gêneros do discurso têm sua utilidade oriunda do fato de eles assegurarem a comunicação e de ser um fator de economia cognitiva. O conhecimento do funcionamento dos diversos gêneros é partilhado pelos membros de uma sociedade, o que facilita a interação verbal e a intercompreensão, evitando mal-entendidos e possibilitando a comunicação, que se estabelecia entre o escrivão, responsável por reportar o que viu e o rei, Dom Manuel.

O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir 'fisicamente' a um certo universo de sentido. O poder da persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. (MAINGUENEAU, 2005, p.73).

O autor chama a atenção para o fato de que qualquer discurso escrito possui uma vocalidade específica que se manifesta por meio de um *tom*: este *tom* indica quem o disse, permitindo relacioná-lo a uma fonte discursiva e determinar o "*corpo do enunciador*" – e não do autor efetivo: "a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador" (MAINGUENEAU, 2005, p.72).

Com base em indícios textuais, o leitor constrói a figura do *fiador* que se investe de um caráter e de uma corporalidade, no caso específico esses papéis couberam ao escrivão Pero Vaz de Caminha. Estes, por sua vez, apóiam-se em estereótipos sociais, ou seja, em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas.

Considerações finais

A carta de Pero Vaz de Caminha assume funções sócias híbridas, ora como relatório, ora como prestação de contas administrativo, ora com sua visão pessoal de mundo, ora como texto publicitário dando ciência das potencialidades da terra descoberta acidentalmente, quando a navio se desvinculou da nau capitânia conduzida por Vasco de Ataíde, ainda em território africano. Essa faceta de comunicação permite o surgimento de uma determinada diversidade ou pluralidade de sentidos a um mesmo texto, desde que considerado o contexto o qual está inserido.

Diversos sentidos estão co-relatados na carta do escrivão, que dá notícia ao rei Dom Manuel das impressões que teve do Brasil, recém-descoberto, passou-lhe inicialmente sua visão de mundo, suas concepções ideológicas e terminou com o pedido de favor pessoal ao rei, em tom de conteúdo íntimo, como quem estabelece relações muito próximas apesar do texto conduzir uma visão panorâmica do contexto em que aportado no novo País, Pero Vaz de Caminha se dirige ao governante da nação que lhe enviou, sem conhecimento antecipado, para a descoberta acidental de novas terras e riquezas para a colônia portuguesa.

Na construção do enunciado usa argumento decisivo para relatar que os nativos encontrados são dóceis e "ingênuos" e que na função publicitária a coroa portuguesa tem muito o que ganhar se "investir" na descoberta de novo solo.

Pero Vaz transferiu ao rei Dom Manuel sua visão de mundo a partir dos dias que conviveu com os índios, navegantes e passageiros do navio e seu comportamento em



solo para descobrir mais informações que pudesse subsidiar a Coroa Portuguesa sobre o achado histórico, notadamente o escrivão deu importância aos enunciados de natureza financeira, como a possível existência de ouro e prata e de terras em abundância e a capacidade de a Coroa domesticar os índios e tê-los como mão-de-obra no país recém-descoberto, já que os nativos eram de grande inocência na visão do escrivão português.

Referências

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Contribuições de Bakhtin as teorias do texto e do discurso**. In FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (Orgs). *Diálogos com Bakhtin*. 3ªed. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BELTRÃO, Luiz. **Comunicação e folclore**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rei D. Manuel**, Dominus: São Paulo, 1963. Acessado em: www.bibvirt.futuro.usp.br, em 23.06.2011.
- COUTO DE MAGALHÃES. **O selvagem**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos da comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.